

ARMANDO ESCRAVOS EM MINAS COLONIAL: POTENTADOS LOCAIS E SUAS PRÁTICAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Ana Paula Pereira Costa
Doutoranda em História Social pelo PPGHIS/UFRJ – bolsista CNPq

Resumo

O texto objetiva analisar as redes de dependências recíprocas entre os poderosos da localidade da comarca de Vila Rica em Minas Gerais, com os escravos. Destacamos que o exercício da autoridade sobre o cativo era, muitas vezes, de natureza pessoal e que destas relações pessoais emergiam, por um lado, as condições necessárias para a construção de referências que permitissem a caracterização de um senhor “legítimo” perante seus escravos, a ponto de armá-los sem temores de retaliações. Por outro lado, tais interações abriam também possibilidades para que os escravos adquirissem certos benefícios, tais como, o estabelecimento de famílias escravas nos plantéis.

Palavras-chave: escravos armados, potentados locais, família escrava, redes de dependências recíprocas.

Sessão temática: H1- Sistemas escravistas em Minas Gerais

I

No Brasil, autores como João Fragoso¹, Maria Fernanda Bicalho², Maria de Fátima Gouvêa³, Evaldo Cabral de Mello⁴ e Maria Verônica Campos⁵ enfatizaram a concessão de mercês, o ideário da *conquista*, o desempenho de cargos administrativos, o exercício do poder concelhio e o estabelecimento de redes sociais como elementos primordiais para o entendimento da formação da sociedade colonial e de suas elites. A maior parte destes autores buscou entender como as elites coloniais operavam através de uma complexa política de alianças, lutando ao mesmo tempo por privilégios e cargos para garantir uma posição de destaque na hierarquia da colônia e negociar interesses próprios em vantagem com a Coroa.

¹FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Ver também: FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 5, pp. 41-70, 2002. FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 15, pp. 11-35, 2003.

²BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos...* Op. cit. Ver também: GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro (1790-1822). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 18, n.º. 36, pp. 297-330, 1998.

⁴MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

⁵CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros. De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. Tese de Doutorado.

Por conseguinte, diversas reflexões têm sido feitas sobre os mecanismos de ascensão e manutenção do poder (local ou imperial) das elites coloniais, sublinhando-se suas estratégias para tanto. Dentre estas o estabelecimento de redes sociais tem ganhado destaque como importante mecanismo de estruturação e manutenção dos grupos sociais, possibilitando a diferentes segmentos – elites, lavradores, indígenas, negros, etc. – um melhor posicionamento na sociedade em que se inseriam. Para as elites o envolvimento em redes era não só estratégico, mas também necessário para sobrevivência e ampliação de seu poder no território colonial⁶. Muito se tem dito acerca das redes tecidas intra-elites visualizadas, por exemplo, em práticas parentais entre suas famílias; constituição de alianças com frações das elites regionais da América Lusa e com autoridades metropolitanas – inclusive com as de Lisboa; casamento com negociantes, etc.⁷. Porém, continuamos a saber pouco sobre as ligações estabelecidas entre as elites com os chamados grupos subalternos.

Alguns autores já sugerem a hipótese de estabelecimento de negociações com estratos subalternos como prática das elites coloniais a fim de formar redes de reciprocidades e desta forma viabilizar o exercício de sua autoridade. A respeito disso, João Fragoso, analisando as *melhores famílias da terra* no Rio de Janeiro seiscentista, destaca a figura do que denomina “bando” para se entender a atuação das elites em território colonial. De acordo com este autor, esses bandos resultavam dos embates entre as facções da elite e, portanto, referiam-se à teia de alianças que elas criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção. Através destas práticas, *as melhores famílias* adquiriam algo indispensável em suas disputas: a cumplicidade de outros estratos sociais. Mais do que isto, a composição dos bandos legitimava a própria hierarquia estamental. Destaca-se assim que a reiteração da sociedade implicava na “união do povo”, portanto, na existência de um bando que tivesse legitimidade social. Nestas condições, as possibilidades junto aos centros de poder eram ampliadas. Com isto, garantiam-se ações econômicas, políticas, bélicas e sociais. Estes bandos estavam preocupados, antes de mais nada, em garantir sua hegemonia sobre a sociedade colonial, o que acabava por aguçar lutas entre bandos rivais⁸.

Segundo este autor, as famílias que pretendiam manter seus *status* de *nobreza da terra* tinham de elaborar uma cultura política para tanto, isto é, estratégias que visassem a manutenção e/ou ampliação de sua posição social⁹. Tinham de realizar estratégias que incluíssem alguns itens: poder nas freguesias, negociações com outros estratos sociais que dessem legitimidade social, redes de alianças que alcançassem os centros de poder e negociações com os cativos. Neste sentido é que se entende, segundo J. Fragoso, que os embates intra-nobreza consistiam em um traço estrutural da sociedade colonial. O bando por ser uma engenharia de negociações com diversos segmentos sociais, reiterava a sociedade estamental, sendo que, na sua formação, as barganhas com os escravos eram essenciais. Garantiam legitimidade social à facção, além de os cativos se constituírem no seu braço armado. Deste modo a reprodução das relações escravistas se confundia em certos momentos com as disputas pelo domínio da *República*¹⁰.

Na colonização da América Portuguesa, a Coroa recorreu em vários momentos as “fazendas e negros armados” de seus súditos, pois, no ultramar, diante da dificuldade da metrópole em financiar as despesas com *entradas*, expansões territoriais e defesa da colônia, não raro se transferiram aos colonos tais custos que se tornavam assim os maiores responsáveis pela reprodução desta sociedade. Alguns trabalhos como o de John Monteiro e Muriel Nazzari para São Paulo, João Fragoso e Maria Fernanda Bicalho para o Rio de Janeiro, Evaldo Cabral de Mello para Pernambuco

⁶FRAGOSO, João. Afogando em nomes... Op. cit., p. 46-47.

⁷Idem, p. 47.

⁸FRAGOSO João A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa... Op. cit., p. 9.

⁹FRAGOSO, João. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 133.

¹⁰Idem, p. 138.

e Maria Verônica Campos para Minas Gerais¹¹ assinalam o custeio dos coloniais nas *entradas* do sertão, na defesa e povoamento de novos territórios denotando que muitos valorizavam sua condição de “parceiros” na colonização da América.

De um modo geral, os estudos citados indicam não só a importância das relações estabelecidas entre poder central e local para a efetivação da governabilidade régia, mas também as relações entre poder local e comunidade, estas destacadas de forma mais indireta. No caso deste trabalho objetivamos enfatizar as relações entre indivíduos que atuavam nestas esferas de poder local com um segmento da comunidade, os escravos.

Desde o alvorecer da colonização das Minas era comum que os poderosos locais agregassem em torno de si em séquito de escravos armados para deles se utilizarem em suas diligências, sejam estas em prol da Coroa, seja em desmandos e contendas pessoais. Muitos contemporâneos destes anos iniciais da formação da sociedade mineira deixaram relatos que retratavam esse cenário, muitas vezes de forma pejorativa.

Na “Relação do princípio do descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam do seu princípio até o tempo em que as veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira” o fenômeno do armamento dos escravos é descrito como algo que proporcionava respeito e vantagem para certos grupos, mas que também indicava audácia e violências¹². Segundo o autor da Relação: “naquele tempo quem tinha de 20 a 30 escravos era respeitado pelos seus companheiros, sobretudo os paulistas que gostavam de exhibir suas armas como fastos indicantes de suas dissimuladas proezas”¹³. Tanto que um renomado sertanista paulista que habitava a capitania neste período, Jerônimo Pedroso de Barros, tinha a alcunha de ‘Jerônimo Poderoso’ “por ter este também bastante escravos, saindo sempre com sua gente que se lhe tinha agregado a ele, todos armados”¹⁴.

Com efeito, sempre que a documentação de época, bem como os relatos contemporâneos, vão se referir a figura do poderoso, mencionam que estes possuíam grande armamento e enorme contingente de escravos e/ou agregados. Estes foram os casos de figuras célebres das primeiras décadas de formação da capitania mineira tais como Manuel Nunes Viana, Domingos da Silva Monteiro, Jerônimo Pedroso de Barros, Bartolomeu Bueno Feio, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Pascoal da Silva Guimarães, dentre muitos outros¹⁵.

O governador Martinho de Mendonça Pina e Proença, que em 1730 iria para Minas Gerais organizar as arrecadações do quintos e dos diamantes, em relatório que escreve ao Rei D. João V, resumia assim os anos iniciais da região em relação aos potentados:

*“Era naquele tempo o país habitado por paulistas acostumados à insolência e soltura, e de portugueses de baixíssima extração, sem cultura; nem uns nem outros tinham de seu mais que armas, negros e ouro que lhe davam atrevimento e ocasião para as revoltas, receiando pouco o castigo porque era fácil se retirarem ao mato”*¹⁶.

¹¹BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* Op. cit. CAMPOS, Maria verônica. *Governo de Mineiros*. De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado... Op. cit. FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII...* Op. cit. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio...* Op. cit. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos...* Op. cit. MONTEIRO, John M. *Negros da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, partes 1 e 2.

¹²RAPOSO, Luciano & CAMPOS, Maria Verônica. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol. I e II, 1999, p. 194-202.

¹³Idem, p. 197.

¹⁴Idem.

¹⁵Ver: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1981, p. 67-70.

¹⁶LIMA Jr. Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto*. Síntese histórica e descritiva. Belo Horizonte: Edição do autor, 1957., p. 73.

Apesar de nos relatos citados a posse de escravos armados surgir como algo pejorativo, visto que abria procedência para se agir com desmando e violência tornando esses indivíduos figuras temidas, não há como negar que o acesso a grande número de cativos fazia parte da caracterização de alguém como poderoso.

Os escravos armados eram usados em muitas diligências para prestação de serviços à Coroa, tanto os referentes à *conquista* da terra (ajudando por exemplo no combate a levantes internos e externos), quanto em serviços mais “burocráticos”, como cobranças de quintos reais e transporte dos mesmos. Nas próprias bandeiras para descobrimento das Minas os sertanistas vinham acompanhados de seus negros armados, sendo mesmo mais bem sucedidos aqueles que “*tinham mais armas e mais séquito, pois estes eram sempre os que nesses descobrimentos ficavam mais bem aquinhoados*”¹⁷.

Desta forma a posse de numerosa escravaria foi fundamental na definição de um indivíduo como elite e/ou poderoso não só porque a quantidade de escravos, juntamente com a posse de terras, ajudava na definição do lugar social, mas também porque a posse destes mesmos escravos era essencial para dinamizar e por em prática um mecanismo essencial de afirmação desta elite/poderosos: a prestação de serviços à Coroa. Para além disso, possuir muitos escravos e utilizá-los como braço armado em prestação de serviços a Coroa era essencial também porque indicava a legitimidade e o poder de mando destes indivíduos.

Constatada então a importância do cativo na definição de alguém como poderoso, cabe agora investigar mais profundamente a prática de se utilizar escravos armados em variadas situações e o que possibilitava aos senhores armar tais cativos sem temores de retaliações. Assim o presente texto objetiva lançar algumas reflexões acerca da existência e importância das redes de dependências recíprocas¹⁸ – que envolviam negociações, reciprocidades e conflitos – entre um segmento de dirigentes locais, os *principais* ou poderosos da localidade na comarca de Vila Rica em Minas Gerais¹⁹, com um grupo subalterno que exigia dos colonos atitudes ora repressoras ora colaborativas devido sua substantiva presença numérica e importância econômica/social para a Coroa e a sociedade colonial como um todo, a saber, os escravos.

Sublinharemos assim as relações destes potentados com seus escravos como um recurso utilizado por ambos em suas ações para maximizarem interesses²⁰. No caso dos *principais* a

¹⁷TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas...* Op. cit., p. 173.

¹⁸Estaremos adotando neste trabalho uma abordagem interacionista, ou seja, uma abordagem cujo epicentro é o homem, as relações interindividuais, o que implica na capacidade do indivíduo de manipular o conjunto de suas relações para tentar atingir certos fins e neste sentido recorreremos a autores como Norbert Elias e Fredrik Barth. O conceito de redes de dependências recíprocas foi formulado por Norbert Elias segundo o qual os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas (interdependências). Nesse modo de ver a sociedade, o indivíduo está inscrito em uma cadeia de interdependência que o liga a outros homens e que lhe impõe limites e pressões sobre o que é possível decidir ou fazer. A interdependência é entendida como essa relação “eu - nós”, ou seja, uma maneira de se pensar o mundo social como uma rede de relações interpessoais. O que este autor quer enfatizar é que nunca podemos considerar as pessoas como seres singulares e isolados; temos sempre que as encarar-las nas suas relações com os outros. Ver: CHARTIER, Roger. “Formação Social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador”. In: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 13. Ver também: ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. partes II e III.

¹⁹Trabalhamos com um grupo de potentados locais formados por 205 indivíduos cuja configuração se fez por meio daquilo que a historiografia tem ressaltado como elementos definidores desses poderosos, a saber, ser um *conquistador* ou ser descendente dos mesmos; ocupar cargos de mando na câmara e na administração real; possuir títulos importantes como o de cavaleiros de ordens militares, e claro, estabelecer redes de relações horizontais e verticais com variados segmentos sociais. Assim optamos por inventariar os indivíduos pertencentes a este grupo em dicionários, cronistas, relatos genealógicos, listas de vereadores e no Arquivo Histórico Ultramarino.

²⁰Neste caso estamos nos referindo aos pressupostos teóricos e metodológicos do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Este autor destaca a ação social como uma das chaves para o entendimento da sociedade assinalando que seu resultado depende das ações paralelas ou reações de outras pessoas, o que significa dizer que não nos devemos prender a comportamentos formais e sim aos processos dos quais eles são produtos. Nesta perspectiva, um comportamento humano não é mais entendido como a consequência mecânica de obediência a uma norma e somente será explicado se apreendermos suas consequências em termos de valores adotados pelos atores e pela compreensão da conexão entre os atos e resultados. Ressalta assim que ao longo do processo de interação, recursos, estratégias, valores, *status* (direitos e

tentativa se voltava para a fixação de suas identidades como poderosos e conseqüentemente a aquisição de poder de mando e legitimidade social. Já para os cativos talvez o maior ganho que poderiam conseguir nestas interações seriam melhoras nas suas condições de vida visualizadas neste trabalho a partir da possibilidade de formação de famílias escravas nos plantéis.

II

A idéia de senhores armarem seus escravos para deles se utilizar como um “exército privado” pode a princípio parecer-nos muito contraditória. Tradicionalmente a imagem que se construiu acerca dos escravos foi a do “inimigo doméstico”, ou a da mercadoria preciosa sob a qual o senhor poderia exercer total domínio, ou a de seres traiçoeiros sempre prontos a se rebelarem contra seus donos. Sendo assim, porque seus senhores supririam esses “inimigos” com armas? Como bem lembrou David Brion Davis, podemos fazer uma analogia deste argumento com uma realidade atual, ao pensarmos que armar escravos seria algo similar a fornecer armas e granadas aos condenados das penitenciárias de segurança máxima²¹.

Levando em consideração os vários relatos empíricos que mostram a presença de escravos armados lutando ao lado e às vezes, defendendo seus senhores, uma importante questão a ser considerada é: porque alguns escravos escolheriam lutar pelos seus donos? A compreensão dessa questão de como e porque agiam esses escravos armados é fundamental para apreendermos o funcionamento da instituição humana mais degradante de toda a história²².

Recentemente, alguns estudiosos procuraram entender a questão de armar os escravos a partir a idéia de “doutrina da necessidade”, isto é, a precedência da auto-preservação sobre outros princípios. Nestes estudos os autores argumentam que em momentos críticos de estado de guerra a auto-preservação podia demandar a utilização arriscada de escravos armados. Assim, em diferentes contextos, a doutrina da necessidade desempenhou um papel de fundamental importância na sobrevivência dos indivíduos²³.

Peter Hunt, por exemplo, em recente trabalho no qual analisa o uso de escravos armados na Grécia e na Roma Clássica, destaca que apesar dos antigos gregos e romanos frequentemente expressarem uma aversão ideológica do alistamento de escravos em seus exércitos que supostamente eram compostos por soldados cidadãos – no caso dos atenienses, fazendeiros independentes que eram conhecidos por sua coragem e confiança – em situações emergenciais tanto os gregos quanto os romanos não hesitavam em utilizar escravos e libertos no serviço militar. Seja utilizando-os como remadores na marinha ateniense, como carregadores de escudos e armaduras para seus senhores ou como tropa de combate, eles se tornaram uma força poderosa e indispensável especialmente em longas e desesperadas guerras²⁴.

Outro exemplo podemos encontrar no trabalho de Allen Isaacman e Derek Peterson. Os autores pesquisaram um grupo de escravos militarizados encontrados no sul da África denominados “chikunda”, entre os anos de 1750 a 1900. Esta região era escravizada pelos portugueses e estes, bem como seus descendentes, se empenharam em criar uma tradicional classe de escravos africanos que viam a si mesmos como ferozes conquistadores. Tatuagens faciais, vestimentas especiais e linguagem corporal reforçavam a celebração dos chikundas como guerreiros machos sem rivais no

deveres dos agentes históricos) e incertezas são acionados pelos atores a fim de maximizarem ganhos ou interesses, que podem ser materiais ou imateriais. Porém, se leva em conta que as expectativas dos atores que estão interagindo são diferentes e que cada um tem uma noção diferenciada do que é ganhar, fato que está relacionado com o *status* de cada um e com seu posicionamento social. Para maiores explicações ver: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, vol. 1

²¹DAVIS, David B. “Introduction”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006, p. 1.

²²Idem, p. 2.

²³Neste sentido ver a coletânea de artigos do livro de BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.

²⁴Ver: HUNT, Peter. “Arming slaves and Helots in Classical Greece”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p 14-39.

quesito coragem, força física e arrogância. Separados de suas famílias e tribo desde o nascimento eles eram criados por outros grupos como *outsiders* e foram utilizados não somente em combates e nas investidas para coletar escravos e mandá-los em navios negreiros para o Brasil, mas também como policiais e inspetores e como experientes caçadores de elefantes que poderiam ajudar na demanda do Novo Mundo por marfim. Mas a despeito de seu poder e bravura os chikundas ainda eram escravos que viviam e obedeciam ordens num mundo altamente regimentado²⁵.

Esta questão do uso dos escravos armados como bravos guerreiros que podiam ser utilizados como “vigilantes” particulares, foi muito bem trabalhada por Debra G. Blumenthal²⁶. Esta autora percebeu que devido à alienação da terra natal e a morte social dos escravos africanos e mouros trazidos ainda crianças para a Valência do século XV, eles se tornaram os guarda-costas ideais de seus senhores. Esses escravos eram então utilizados para cometer vários crimes para seus senhores, que, com intuito de humilhar seus inimigos brancos, ordenavam os seus “guarda-costas” negros a ridicularizar, assaltar e agredir seus rivais²⁷.

Segundo David Brion Davis, os imperadores romanos do primeiro século da era cristã também eram servidos por “guarda-costas” escravos tirados do que é hoje a Holanda. Como nesse período a disputa de poder estava no auge e a segurança dessas elites se tornou algo complicado, a utilização de escravos armados como “guarda-costas” pessoais – sobretudo os escravos de regiões distantes separados de suas famílias e clãs – se tornou matéria comum²⁸.

Esta realidade também se fez presente nas regiões da península arábica e da Turquia. Tanto nos exércitos árabes e turcos quanto em milícias particulares era generalizado o uso de escravos armados. Tais escravos eram conhecidos como “mamluk” e representavam um tipo altamente distinto de escravidão. Assim com os chikundas, eram trazidos ainda crianças de regiões distantes como o mar Cáspio e o mar Negro e eram treinados para serem protetores devotos. Contudo, apesar desses mamluks serem explorados como soldados que a todo momento arriscavam suas vidas, essa instituição peculiar de escravidão mostrava pouca intenção em desumanizar os jovens guerreiros que eram altamente disciplinados em arte de guerra, principalmente no uso do arco e flecha e da montaria. Portanto, como eram desprovidos de qualquer identidade familiar ou tribal esperava-se que eles se unissem uns aos outros e especialmente a um patrão ou sultão a quem eles deveriam expressar lealdade incondicional²⁹.

Os estudos citados sugerem que usar escravos armados, seja em exércitos “formais” seja em milícias particulares, não era algo nada excepcional, sendo esta uma prática comum a diferentes épocas e lugares; prática esta que também foi levada para as Américas portuguesa e espanhola

O contato dos portugueses e espanhóis com esses fenômenos pode ter se iniciado durante o período de ocupação moura na península ibérica. Ao contrário dos antigos gregos e romanos ou de muitos europeus que colonizaram o Novo Mundo, os muçulmanos parecem ter demonstrado pouco medo em armar alguns escravos pré-condicionados. Os escravos escravizados pelos muçulmanos, advindos da região do Cáucaso entre os mares Negro e Cáspio, eram alienados da sua origem, linguagem e educados por outros grupos étnicos.

Essas tropas caucasianas tiveram um papel decisivo na derrota dos cristãos bizantinos; em conquistar e “criar” a Turquia; em repelir os cruzados europeus do Egito até a Terra Santa e em

²⁵Ver: ISAACMAN, Allen & PETERSON, Derek. “Making the Chikunda: military slavery and ethnicity in southern Africa, 1750-1900”. In: In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 95-119.

²⁶BLUMENTHAL, Debra G. Implements of labor, instruments of honor: Muslim, eastern and black African slaves in fifteenth-century Valencia. Ph.D. University of Toronto, 2000, p. 216-221. Apud: DAVIS, David B. “Introduction”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 4.

²⁷Idem.

²⁸DAVIS, David B. “Introduction”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 4.

²⁹Ver estudo de AMITAI, Reuven. “The Mamluk institution, or one thousand years of military slavery in the Islamic world”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 40-78.

parar as invasões dos mongóis. Além disso, esses árabes muçulmanos e os berberes foram aqueles que iniciaram o comércio de longa distância dos escravos africanos da região sub-saariana. Durante um período de pelo menos onze séculos suas caravanas e navios transportaram milhões de escravos negros para o Norte da África, Sicília e Espanha³⁰.

Dada a longa ocupação moura em Portugal e na Espanha os cristãos ibéricos puderam se informar acerca da experiência muçulmana em armar escravos, desenvolvendo, em contrapartida, uma espécie de proto-racismo em relação aos negros. Desta forma não é demais argumentar a importância e influência deste fato para os primeiros exploradores espanhóis e portugueses que conquistaram o Novo Mundo. Como demonstrado por James Landers e Hendrik Kraay os escravos armados dos ibéricos e os negros livres e mulatos foram utilizados desde muito cedo na *conquista ultramarina*³¹.

James Landers apontou a tradição da lei romana e das *Siete Partidas* do século XVIII que se, por um lado, legitimaram a escravidão, por outro, também encorajaram o uso da manumissão como recompensa para aqueles escravos que prestassem serviços para o Estado. Desta forma muitos escravos negros adentraram o serviço militar como uma rota para a liberdade e assimilação, e a despeito de protestos de plantadores brancos e soldados, um enorme número de libertos e escravos milicianos defenderam os interesses da Espanha de Cuba até o Peru³².

Já em relação aos portugueses, cuja colônia no Brasil absorveu mais escravos da África que todas as colônias espanholas juntas, a situação é um pouco mais ambígua. Para Brion Davis os portugueses foram muito mais relutantes em usar escravos e/ou libertos armados em seus exércitos ou como “guarda-costas” pessoais:

*“Como uma verdadeira sociedade escravista cuja produção maciça de açúcar e de café dependia inteiramente do trabalho escravo e da contínua importação destes da África, os oficiais brasileiros ficaram receosos em permitir que os escravos carregassem ou adquirissem armas especialmente em períodos posteriores a insurreições”*³³.(tradução livre)

Todavia, alguns autores têm demonstrado que era relativamente comum que senhores armassem seus escravos no Brasil colonial, desde o século XVI até o século XIX, em diferentes paragens. A respeito disso Carlos Lima destaca como que no período colonial a Coroa Lusa tirava partido da capacidade dos senhores de mobilizar a “guerra escrava”. Na verdade, segundo este autor, havia uma aliança entre Coroa e senhores para que a primeira recorresse à mobilização de escravos para a defesa do território colonial, ancorada na capacidade senhorial de instrumentalizar os seus cativos. Neste sentido, assinala como era coisa eminentemente normal o escravo andar sozinho e armado, até porque muitos eram usualmente envolvidos nos conflitos pessoais de seus senhores, o que para autor foi uma característica ou paradigma da governação ilustrada na América Portuguesa³⁴.

Já Hendrik Kraay, outro estudioso do tema, observou que a armação dos escravos pelos seus próprios donos se tornou rotina nas fronteiras sem lei e durante o período do *boom* da mineração em

³⁰DAVIS, David B. “Introduction”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 5.

³¹Ver: KRAAY, Hendrik. “Arming slaves in Brazil from the seventeenth century to the nineteenth century”, p. 146-179; e LANDERS, Jane. “Transforming bondsmen into vassals: arming slaves in colonial Spanish America”, p. 120-145. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit. Apud: DAVIS, David B. “Introduction”. BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves...* Op. cit., p. 6.

³²LANDERS, Jane. “Transforming bondsmen into vassals: arming slaves in colonial Spanish America”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 120-145.

³³DAVIS, David B. “Introduction”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 7.

³⁴LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*, nº. 18, Jun., pp. 131-152, 2002, p. 149.

Minas Gerais. De acordo com este autor para os escravos o serviço militar, “formal” ou pessoal, ofereceu uma bem vinda válvula de escape contra a miséria e a degradação do trabalho nas *plantations*. A esperança de uma promessa de liberdade juntamente com uma mudança de *status* daí advinda poderia trazer a possibilidade de mobilidade, dignidade e prestígio³⁵.

Eduardo França Paiva também destaca que escravos armados, apesar de ter sido algo que as autoridades coloniais temiam fortemente e proibiam, sempre fora uma situação comum na América Portuguesa. Para o caso de Minas Gerais assinala que durante as primeiras décadas de ocupação das terras mineradoras isso se repetiu com frequência, não deixando de fomentar violências e desmandos da parte dos proprietários que haviam montado suas milícias escravas e por parte dos próprios escravos armados. Segundo o autor, até mesmo a Coroa acabou incorporando tal prática, montando tropas de escravos armados e, também, os convocando entre os proprietários leais ao governo³⁶. Essas dimensões, na verdade, se misturavam no cotidiano das áreas de mineração e de comércio, assim como nos caminhos das Minas Gerais, durante as primeiras décadas de ocupação³⁷, pois o uso de negros e suas técnicas militares eram essenciais em muitas tarefas administrativas/militares.

Para ilustrar tudo o que acabamos de mencionar destaco o caso de Bento Ferraz Lima, exemplo de potentado extremamente útil a Coroa. Capitão-mor³⁸ de Catas Altas, era homem de muitas posses, minerador e senhor de engenho. No registro produzido em 1725 para a cobrança dos quintos reais (imposto de 20% sobre a produção aurífera) este potentado aparece como proprietário de 113 escravos³⁹. Um plantel tão grande e as atividades que desempenhava denotam a força econômica e política que ele possuía, e que lhe permitiria continuar se movimentando nas teias sociais que permeavam seu cotidiano, se aproveitando dos recursos de que dispunha nesta sociedade para adquirir mais prestígio e aumentar sua posição de comando. Recursos estes que surgiam das próprias relações sociais que ele mantinha e que em última instância denotava autonomia e autoridade política por parte deste indivíduo.

De fato Bento Ferraz apoiou a Coroa em diversos momentos de perigo e perturbação da ordem, fornecendo-lhe negros armados, camaradas e “*considerável fazenda*”⁴⁰. Em 1718 na sublevação causada pelo coronel João Barreiros e pelo Juiz de Cayeté *por juntarem armas e perturbarem os povos do distrito*, ajudara, por ordem do Conde de Assumar, **com vinte escravos seus armados, dando calor à prisão e conduzindo os presos com toda a segurança**⁴¹. Auxiliara ainda o governador de Minas, André de Mello e Castro, em uma marcha para o morro do *Carassa* para atacar quilombos *de onde saião continuamente negros a fazer brutalidades no que dispendeo*

³⁵KRAAY, Hendrik. “Arming slaves in Brazil from the seventeenth century to the nineteenth century”. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age...* Op. cit., p. 146-179.

³⁶PAIVA, Eduardo França. “De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII”. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 118.

³⁷Idem, p. 11.

³⁸Investido do cargo de capitão-mor uma pessoa podia penalizar qualquer pessoa que não cumprisse as suas ordens; ter alçada no crime e cível sobre todas as pessoas que morarem na localidade de sua jurisdição; demarcar e tomar posse de todas as terras descobertas; nomear tabeliões e mais oficiais de justiça em terras descobertas. Tinha ainda o direito de aprovar as nomeações de postos de menor escalão feitos pelo capitão das companhias; nomear pessoas para o posto de ajudante de Ordenança, que anteriormente era provido por eleição; nomear os ocupantes dos postos de sargento-mor e capitão de companhia (as duas das patentes mais altas depois da sua no quadro das companhias de ordenanças). A principal função do capitão-mor era saber quantas pessoas capazes de pegar em armas capazes de pegar em armas existiam na localidade em que atuava, ou seja, ter conhecimento da população militarmente útil, o que lhes atribuía um forte poder à escala local. In: SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 127 e 312. Ver também: COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado, p. 48

³⁹Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1725. Arquivo da Câmara de Mariana, códice 150.

⁴⁰ANASTASIA, Carla. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998, p. 100.

⁴¹Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd- rom/cx.: 29; doc.: 77.

sua fazenda considerável parte por levar escravos armados. Da mesma forma ajudara a reprimir os motins de Pitangui mandando, por ordem do Conde de Assumar, *ir para aquela vila vários escravos armados com hú homem branco que lá estiverão dois meses the ficar o paiz na devida obediência*⁴². E por último atuou no combate ao levante de Vila Rica:

“[...] Quando intentarão os moradores das minas reduzir a republica as terras deste governo expulsando delle governadores e justiças vindo promptamente de sua casa por ordem do governador a incorporarsse com elle **marchando em sua companhia para Vila Rica com muitos escravos armados onde lhe assistio, the se extinguir a rebelião** [...] e mais uma vez dispendeo seus escravos para conduzir os presos com segurança ao Rio de Janeiro⁴³”.

Como um dos primeiros povoadores das Minas, Bento Ferraz Lima atuou sistematicamente na *conquista* da terra, neste caso em combate a levantes e conflitos internos da capitania, acompanhado de seus negros armados, a fim de angariar mercês e reconhecimento social. Exemplos como este denota como eram diversas as situações nas quais se esperava que cativos empunhassem armas a favor de seus senhores, indicando, de certa forma, como se dava a mobilização de escravos para a defesa das *conquistas*⁴⁴.

Como visto, foram freqüentes as vezes em que este potentado foi a confrontos acompanhado de seus escravos armados, o que nos informa sobre possíveis práticas de negociações. Portanto, para além do genocídio e do cativo, não há de se estranhar a existência de reciprocidades entre estes potentados e seus cativos⁴⁵.

Outro exemplo é o de Caetano Álvares Rodrigues, um dos homens mais poderosos das Minas em suas primeiras décadas. No registro de 1725 de cobrança do quinto também aprece como um grande proprietário de escravos sendo possuidor de um plantel composto por 80 cabeças⁴⁶. Com tão grande plantel podia se dispor a redirecionar alguns de seus cativos das atividades da mineração para levá-los em suas diligências em que atuara como “cúmplice” da Coroa na manutenção da ordem pública. Assim o fez em 1711 quando ajudara “na expulsão dos franceses quando invadiram o Rio de Janeiro, sendo dos primeiros que se ofereceo **para acompanhar o governador com negros armados e o fez com despesa de sua fazenda**”⁴⁷. Ajudou ainda o governador de Minas e São Paulo, Conde de Assumar, “a combater os revoltosos de Vila Rica **acompanhando o dito governador com seus escravos armados até Vila Rica para castigar se os cabeças do levante**”⁴⁸.

Temos também o caso de Rafael da Silva e Souza, natural do reino e dos primeiros povoadores das Minas. Estabeleceu-se inicialmente na freguesia de Guarapiranga onde foi eleito capitão-mor em 1708 atuando na Guerra dos Emboabas com 80 homens armados “*gastando considerável fazenda*”⁴⁹. Tornou-se capitão dos emboabas, combatendo os paulistas “*com grande zello evitando algumas vinganças e destruição que com este levante se teve*”⁵⁰. Fora ainda capitão de infantaria na Vila do Carmo, sargento-mor de Auxiliares na mesma localidade e coronel dos Privilegiados das Minas, fazendo relevantes serviços para a Coroa:

“[...] Como a segurança que fez a José de Souza Fragoso capitam de infantaria da guarnição do Rio de Janeiro **que veio para as Minas para levar os quintos destas**

⁴²Idem.

⁴³Ibidem..

⁴⁴LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850)... Op. cit., p. 137.

⁴⁵FRAGOSO João A nobreza vive em bandos... Op. cit., p. 17.

⁴⁶Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1725. Arquivo da Câmara de Mariana, códice 150.

⁴⁷AHU/MG/cx.: 86; doc.: 17.

⁴⁸Idem, grifo meu.

⁴⁹FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989, p. 406-407.

⁵⁰AHU/MG/cx.: 6; doc.: 16.

Minas para a dita cidade acompanhando com sua pessoa e negros armados para o livrar de emboscadas de seus inimigos. E sucedendo a invasão dos franceses ao Rio de Janeiro marchou para a dita cidade em socorro servindo no posto de sargento-mor de auxiliares na mesma cidade [...]”⁵¹.

Da mesma forma “atuou na soblevação passada de Vila Rica onde **assistiu em defesa do Conde de Assumar com sua pessoa e escravos armados fazendo grande despesa a sua custa**”⁵².

Auxiliou também todos os governadores das Minas na delicada questão do fisco⁵³, atuando no posto de provedor dos quintos nos distritos de Gama e Bento Rodrigues. Ajudou ainda no assentamento da casa de fundição e nas juntas para arrecadar 25 arrobas de ouro dos moradores de Vila Rica “ocasião em que era juiz ordinário e presidente da câmara da Vila do Carmo, **atuando sempre com os oficiais de ordenanças e escravos nas diligências da cobrança de donativos e para conservar a paz**”⁵⁴.

Por fim destaco o caso de Manuel Jorge Coelho, também dos primeiros descobridores e povoadores das Minas Gerais. Eleito capitão-mor de Catas Altas em 1718, encontramos relato de pelo menos duas diligências em que levava seus escravos como braço armado. No ano de 1720:

*[...] Tendo-se notícias que no mato do Carassa havia um quilombo de negros fugidos donde fazião muitos roubos e mortes aos passageiros lhe ordenou o governador Conde de Assumar que fosse com os moradores do seo districto a castigar os ditos negros o que executou com muito acerto, **sustentando a gente que levou em sua companhia e o seus escravos armados a suas custas todo o tempo que durou a dita diligência** [...]”⁵⁵.*

No mesmo ano, foi novamente chamado pelo Conde de Assumar a uma junta que este realizara para acabar com as desordens ocorridas em decorrência das novas arrecadações do quinto que naquele ano estavam sendo postas em prática, motim que ficou conhecido como revolta de Vila Rica. Nesta ocasião:

*[...] foi acudir ao governador e castigar a enormidade de tão grave dellito e o dito **acompanhou o governador com bastante homens brancos armados e os seus escravos sustentado tudo a sua custa em todo o tempo que durou a diligencia no que fez uma considerável despesa** [...]”⁵⁶.*

Relatos como estes denotam indiretamente que a violência e o castigo não eram os únicos meios de se conseguir “subordinação” de um escravo. Consideramos que a imposição da autoridade do senhor não era dada exclusivamente pela força, mas também através de negociações e concessões que ajudavam no reconhecimento de sua legitimidade. O suposto aqui defendido é que seria muito contraditório armar um escravo e confiar que ele não se voltaria contra o senhor se ele fosse tratado apenas com violência e coerção. As relações entre senhor e escravo, ainda que tenham por fundamento a violência e a opressão de um ser humano sobre outro, têm necessariamente de estar pautada em uma ligação de confiança em casos como os que venho analisando neste trabalho; confiança esta adquirida por meio de reciprocidades e negociações.

Desta maneira, os exemplos mostram que muito das relações entre senhores e escravos eram feitas de uma ética baseada em laços pessoais. Do ponto de vista do escravo, o senhor era aquele que lhe informava sê-lo. Em outros termos, era de suma importância no relacionamento senhor-

⁵¹Idem, grifos meus.

⁵²AHU/MG/cx.: 2; doc.: 119. Grifo meu.

⁵³FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil...* Op. cit., p. 406-407.

⁵⁴AHU/MG/cx.: 6; doc.: 16. Grifo meu.

⁵⁵AHU/MG/cx.: 16; doc.: 3. Grifo meu.

⁵⁶Idem, grifo meu.

escravo a figura do *senhor* enquanto indivíduo posicionado para a interação, e não apenas a sua condição senhorial⁵⁷. Ou seja, o fundamental nessa relação era a postura pessoal do senhor com seus cativos, ou mesmo dos seus intermediários com os mesmos. O respeito e a legitimidade perante seus escravos era então construída, e também exigida, sobretudo na interação entre ambos. Não era algo dado, mas conquistado. Se assim não o fosse seria muito difícil explicar a possibilidade dos escravos de Bento Ferraz Lima, Caetano Álvares Rodrigues, Rafael da Silva e Souza e Manuel Jorge Coelho portarem armas. A postura desses potentados indica que os mesmos não temiam que alguns de seus cativos armados se revoltassem contra eles. Não podemos nos esquecer que estes confrontos poderiam se tornar momentos propícios para subversão dos negros, principalmente se levarmos em conta que estes estavam armados. Assim, o fato de senhores armarem seus escravos deve ser visto como resultado de uma relação de interdependência bem sucedida entre ambos, sendo esse um bom índice para medir o “sucesso” das negociações entre eles⁵⁸. Portanto, o fato dos escravos lutarem ao lado de seus senhores indica a presença de negociações e reciprocidades entre tais grupos o que garantia a reprodução de uma determinada estratificação social⁵⁹.

De fato, hierarquia e escravidão eram dois traços básicos no período colonial que se confundiam por dois motivos na reprodução da sociedade analisada. Primeiro pelo fato da produção escravista dar vida a esta sociedade. Portanto, era necessário que os cativos legitimassem tal ordem. Parte do sobretrabalho devia ter este destino: garantir a continuidade das relações de produção e, com ela, a hierarquia estamental. Na prática isso seria feito através de contínuas negociações com os cativos. Em segundo lugar, a hierarquia estamental era a base desta sociedade, pois definia a posição social dos demais grupos coloniais. Pertencer ao seu topo significava possuir maior qualidade, portanto deter o mando sobre a sociedade⁶⁰.

Para os *principais* ou poderosos da localidade o acesso ao mando e, portanto, ao ápice da hierarquia social na colônia não era automático. Isto criava um cenário tenso para ela, gerando facções adversárias, fenômeno que tornava mais urgente à busca da legitimidade dada pelos cativos⁶¹.

Cláudio Pinheiro destaca que haviam formas de convívio entre senhores e escravos que extrapolavam o simples uso da violência física como elemento responsável pela manutenção da escravidão, ou mesmo o uso da coerção para manter os cativos no trabalho. Citando Perdígão Malheiro, o referido autor assinala:

*“Pensar em melhorias das condições de vida dos escravos não era apenas uma questão de ‘humanidade’, mas de ‘reciprocidade’, já que um escravo bem tratado serviria de ‘melhor vontade’, tornar-se-ia ‘melhor’, e com isso lucraria não só o senhor, mas a sociedade, pois se conseguiria não apenas a ‘paz nas famílias, e portanto na ordem pública’, mas no resultado econômico em relação à produção”*⁶².

Mas em que se traduziriam as negociações e reciprocidades entre senhores e escravos no período enfocado? O que mediaría tais práticas entre os dois grupos em questão? Em outros termos,

⁵⁷LIMA, Carlos C. *Pequenos Patriarcas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese de Doutorado, p. 316-317. Apud: FERREIRA, Roberto Guedes. “Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 249.

⁵⁸FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos... Op. cit., p. 20.

⁵⁹Neste sentido ver: FRAGOSO, João. Afogando em nomes... Op. cit., p. 48-49.

⁶⁰FRAGOSO, João. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos...” Op. cit., p. 137.

⁶¹FRAGOSO João A nobreza vive em bandos... Op. cit., p. 19.

⁶²MALHEIRO, A. Perdígão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. (1866-1867). Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, 2 vls. Apud: PINHEIRO, Cláudio C. No Governo dos Mundos: escravidão contextos coloniais e administração de populações. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº. 3, 2002, p. 435.

se estes “leais súditos” prestavam variados serviços ao Rei à custa de seus negros armados – e como visto isto era essencial para o exercício do mando e manutenção da “qualidade” desses indivíduos, ou seja, na sua definição como poderoso – não é incorreto dizer que a “subordinação” destes negros não podia ser feita apenas pela via coerção, armas e castigos. Tal “subordinação” envolvia também negociações e reciprocidades⁶³, ou, como bem destacou Carlos Lima, do ponto de vista do escravo, deve ter envolvido algo centrado na possibilidade de barganhar as condições do cativo⁶⁴.

III

Na sociedade colonial a desigualdade era um de seus valores mais fundamentais, pois era por meio dela que a sociedade se reconhecia e engendrava seu funcionamento. Neste sentido, os laços de submissão, reciprocidade e de solidariedade desempenharam um papel decisivo no posicionamento dos indivíduos na sociedade, e conseqüentemente, na sua sobrevivência. No caso dos cativos, a prática de tais mecanismos denota que eles também eram seres providos de capacidade de ação e raciocínio. Desta forma, se entende porque a rebelião e o aquilombamento não foram os únicos meios tomados pelos escravos a fim de reagir e sobreviver na sociedade escravista⁶⁵.

Neste viés, cabe sublinhar que desde pelo menos a década de 70 e de 80 – notadamente no que concerne à América do Norte e ao Brasil, respectivamente – a historiografia da escravidão vem revisando alguns dos estereótipos até então aceitos para o escravo (rebelde, submisso e coisificado). Os pesquisadores que se voltaram para tal temática procuraram inseri-los como agentes históricos em suas análises, não os reduzindo a categorias sociológicas. Assim sendo, muitos estudiosos, brasileiros e brasilianistas, têm procurado recuperar a subjetividade escrava, ou seja, reconhecer a historicidade e individualidade destes agentes através do estudo da criminalidade cativa, suas relações familiares (fictícias ou não), manifestações religiosas, relações de solidariedade, resistência (em especial a formação de quilombos) e a busca pela manumissão⁶⁶.

Esta historiografia intensificou os estudos sobre este universo e, seja sob o viés do paternalismo e das estratégias sociais, seja sob o da negociação, o que todas as análises feitas desde então tem procurado reformular é a rigidez das relações senhor/escravo, pois era perceptível um certo “acordo” estabelecido pelas partes, sobre o qual o sistema se mantinha⁶⁷, desfazendo-se assim a imagem do escravo inteiramente submisso ao poder e desejos do senhor sem qualquer espaço para

⁶³FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial...” Op. cit., p. 58.

⁶⁴LIMA, Carlos A. M. *Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850)*... Op. cit., p. 139.

⁶⁵ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*... Op. cit., p. 173-174.

⁶⁶Para exemplos da historiografia norte-americana ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. SCOTT, Rebeca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre – 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987. RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Para exemplos da historiografia brasileira na década de 80 ver: LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Para exemplos da década de 90 ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁶⁷PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*... Op. cit., p. 48.

expressão de suas convicções. Obviamente não se desmistifica a imagem do escravo-objeto ou escravo-coisa de forma radical, isto é, colocando-os como dirigentes por excelência de suas ações, o que não deixa de ser perigoso, mesmo porque se lhes foi possível realizar barganhas que lhes permitissem melhoras nas suas condições de vida, o resultado dos ganhos adquiridos não era acessível a todos⁶⁸.

Como bem lembrou C. Hasenbalg o uso de incentivos como instrumento de controle social e como forma de obter “consentimentos” dos escravos desempenhou papel inegável na reprodução das relações escravistas. A aceitação pelos cativos de pequenas recompensas abriu possibilidades para melhores, embora limitadas, condições de vida⁶⁹.

Com tudo que foi dito até agora talvez possamos argumentar que entre seres humanos não há controles absolutos e coisificações de pessoas, e que nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que possa haver um grande desequilíbrio de forças entre os dois lados⁷⁰. Nesta discussão, podemos recorrer, por um lado, a historiografia revisionista sobre escravidão e, por outro, aos recentes trabalhos sobre política e administração no Brasil colonial.

Recentemente Sílvia Lara destacou a importância de se fazer uma aproximação entre os estudos da escravidão e aqueles do período colonial, indagando sobre o modo como a escravidão e o Antigo Regime estiveram ligados e conviveram na América Portuguesa⁷¹. Segundo a autora:

“[...] precisamos ir além das relações entre nobreza e rei, entre cabeça e membros do corpo político, para lidar também com aqueles que eram considerados excluídos da política, (...) principalmente se levarmos em conta que a maior parte da população do período colonial era constituída de africanos e seus descendentes”⁷².

Assim, a violência do senhor convivia com outros mecanismos compensatórios para aliviar a tensão que ela própria exercia sobre o cativo⁷³. Neste sentido, pode-se argumentar, como já mencionado, que o exercício da autoridade sobre o cativo era, muitas vezes, de natureza pessoal⁷⁴. Destas relações pessoais emergiam, por um lado, as condições necessárias para a construção de referências que permitissem a caracterização de um senhor “legítimo” perante seus escravos, a ponto de armá-los sem temores de retaliações; e por outro, faziam surgir espaços sociais de ação dos escravos⁷⁵ que ordenavam as relações e tornavam o viver menos difícil e sofrido⁷⁶. Dentre estes vários mecanismos utilizados destaca-se o estabelecimento de famílias escravas nos plantéis desses senhores.

⁶⁸FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 291.

⁶⁹HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 48.

⁷⁰BICALHO, Maria Fernanda. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o Império Ultramarino Português”. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 98.

⁷¹LARA, Sílvia Hunold. “Conectando historiografias: escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 37-38.

⁷²Idem, p. 34-36.

⁷³ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX...” Op. cit., p. 189.

⁷⁴FERREIRA, Roberto Guedes. “Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX...” Op. cit., p. 249.

⁷⁵ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX...” Op. cit., p. 189.

⁷⁶FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871” In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade...* Op. cit., p. 350.

IV

Desde pelo menos a década de 1970 muitos autores têm chamando atenção para a relativa incidência de vida familiar entre os cativos⁷⁷.

Desde trabalhos pioneiros que detectaram a presença de famílias cativas nos plantéis, passando por estudos que analisaram o comportamento dos cativos frente ao casamento, que ampliaram a definição de família, pensada em termos de convívio familiar e comunidade escrava, começou-se a pensar a família escrava como um elemento estrutural da escravidão brasileira e não como uma exceção. Para além disso, outros estudos têm buscado avançar no entendimento da constituição de famílias por parte dos cativos, pensando tal elemento em uma perspectiva política⁷⁸.

Nesse sentido temos o estudo de José Roberto Góes e Manolo Florentino. Estes autores analisando os plantéis no Rio de Janeiro entre os anos de 1790 a 1850 destacaram que a formação de famílias podia trazer ganhos tanto para senhores quanto para os escravos⁷⁹. Segundo eles o parentesco entre os escravos contribuiu para a manutenção do escravismo, amenizando a tensão das relações de poder no interior das senzalas, especialmente das mais populosas. Assim, para o senhor, a capacidade dos escravos de constituir família, tanto dentro quanto fora do casamento, servia a seus interesses na medida em que proporcionava certa sensação de estabilidade social e paz.

Em outros termos, a existência da família escrava era uma condição estrutural para a continuidade do escravismo, pois só criando escravos com compromissos entre si os senhores poderiam garantir a “paz” nas senzalas. Já para os cativos a formação de famílias constituía-se em estratégia para fazer aliados. Por meio do casamento e batismo eles estreitavam laços que nas difíceis condições da escravidão transformavam-se em laços de aliança e solidariedade⁸⁰. Portanto a formação de famílias escravas permitiria a socialização dos africanos nas senzalas e colaboraria na estabilidade do plantel. Desta forma, os autores entendem o estabelecimento de arranjos familiares por parte dos cativos como um ato de natureza política, tanto para o senhor quanto para o escravo⁸¹.

Para outros estudiosos a relevância da família escrava se relaciona às estratégias de forjar redes de solidariedade e resistência no cativo. A família escrava seria um *locus* importante de tensões, na perspectiva do controle social por parte da casa-grande e na conquista de regalias pela senzala. Trata-se de uma relação entre desiguais, mas que impunha limites à ação senhorial de livre disponibilidade sobre seus escravos, passando a enfrentar a oposição dos laços de conjugais juridicamente construídos e da solidariedade comunitária. Disputas que minavam o domínio dos senhores escravistas⁸².

A fragilidade e as dificuldades para a construção de redes comunitárias no interior das senzalas foram relatadas por Hebe de Mattos, ao notar o consentimento de pequenos privilégios aos escravos casados, gerando diferenças dentro dos cativos. Segundo a autora, nas concessões dadas aos escravos (tais como o acesso a roças, a família, a melhores condições de moradia, de saúde, e possivelmente a alforria) os cativos buscavam se afastar da condição primeira que definiria um escravo: a total ausência de prerrogativas⁸³. Assim sendo, para a autora, o parentesco era elemento central e estratégico na vida dos escravos já que criava certos laços sociais necessários para a

⁷⁷Para o século XVIII ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* Op. cit. Para o século XIX ver: GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993; GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas...* Op. cit.; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

⁷⁸BOTELHO, Tarcísio. “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII”. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX...* Op. cit., p. 196.

⁷⁹GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas...* Op. cit.

⁸⁰Idem, p. 175.

⁸¹Ibidem, p. 31 a 37.

⁸²FILHO, Afonso de Alencastro Graça, PINTO, Fábio Carlos Vieira & MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia Historia*. Revista de História do Departamento da UFMG. Belo Horizonte, vol. 23, nº. 37, pp.184-207, Jan/Jun 2007, p. 185-186.

⁸³MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista...* Op. cit., capítulo 3.

formação de uma comunidade, bem como marcava a originalidade e humanização dos cativos face à animalização genérica da escravidão⁸⁴.

Ao falarmos em comunidade pode-se adotar como ponto de partida o espaço principal em que circulam homens e mulheres, construindo relações baseadas em contatos face a face⁸⁵. Foi nesta perspectiva que Carlos Engemann destacou o grande peso que a família adquire no fortalecimento da comunidade escrava (entendida por ele como grandes plantéis que compartilham mito, rito e parentesco). Segundo o referido autor a produção de parentes pode ser considerada uma estratégia dos escravos para fortalecer o grupo na medida em que através da formação de famílias se perpetuariam no tempo e produziriam aliados⁸⁶.

Os estudos citados alertam sobre a existência de acordos, negociações e reciprocidades na relação senhor/escravo, denotando que o sistema escravista se sustentava também sobre uma base de conciliação. Não se põe em dúvida à existência da violência, como o provam as rebeliões e fugas em geral. Mas de igual modo não se fie que estes eram os únicos mecanismos de interação entre cativos e senhores⁸⁷. Para além disso, consideramos a referida historiografia fundamental para aventar hipóteses sobre os conteúdos negociados nas redes de dependências recíprocas tecidas entre *principais* ou poderosos da localidade e escravos na região e período enfocados.

Em outros termos, estas barganhas, que possibilitavam ao senhor uma confiança tal em seu escravo a ponto de armá-lo, poderiam se traduzir na formação de famílias escravas estáveis nos plantéis; em terrenos e equipamentos cedidos pelos senhores; em alforrias e em redes parentais fictícias⁸⁸.

Em estudo recente sobre o tema J. Fragoso destaca que estes fenômenos podem ser interpretados de diversos modos: conquista dos escravos retiradas de seus donos, estratégias senhoriais para evitar problemas nas senzalas; recompensa senhorial pela subserviência de frações da população cativa, etc. Contudo, seja qual for a razão alegada, o fato era a presença destes fenômenos no cotidiano escravista⁸⁹.

Para se identificar possíveis laços familiares entre os escravos dos potentados analisados recorreremos aos inventários *post-mortem* e aos registros paroquiais⁹⁰. Obviamente não desconsideramos que tal documentação não representa a totalidade dos laços conjugais existentes entre cativos, já que nada nos informam sobre as uniões consensuais, ou ditas ilícitas. Contudo, mesmo que parcialmente, não existe fonte melhor para revelar aspectos e elementos dessa instituição. Em tal documentação conseguimos selecionar 116 famílias escravas que se encontravam em diferentes momentos do ciclo familiar: casais com famílias já estabelecidas há mais tempo, casais em famílias de formação recente, bem como o tipo de parentesco (pai, mãe e filhos, mãe e filhos, viúva e filhos, marido e mulher).

Percebemos que das 116 famílias escravas que conseguimos arrolar, haviam 22 casais nucleares com filhos, 33 casais nucleares sem filhos, 36 casais nucleares dos quais não foi possível estipular se tinham ou não filhos, 3 escravos casados sem referência ao cônjuge (ou este não se encontrava no plantel), 21 famílias matrifocais e 1 viúva.

Vejamos então, através de alguns exemplos, como tais indícios se configuravam nas relações destes cativos com o grupo analisado. O já mencionado capitão-mor Manuel Jorge Coelho, dos primeiros descobridores e povoadores das Minas Gerais, que em 1720 levava em duas diligências

⁸⁴RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe M. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 89.

⁸⁵BOTELHO, Tarcísio. “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII...” Op. cit., p. 216.

⁸⁶ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX...” Op. cit., p. 182.

⁸⁷Idem, p. 201.

⁸⁸FRAGOSO, João. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars...* Op. cit., p. 137.

⁸⁹Idem, p. 137.

⁹⁰Inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e Casa do Pilar de Ouro Preto e Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, registros de casamento de Mariana e seu termo e de Ouro Preto e seu termo.

escravos como braço armado, era também um grande proprietário de cativos. No final de sua vida, seu plantel, segundo registro de seu inventário de 1733, contava com 79 cabeças, tendo uma fortuna avaliada em 2:504\$135 réis⁹¹. Contudo desde pelo menos 1725, segundo consta em uma lista de escravos para cobrança de quintos sobre a produção de ouro, já possuía um grande plantel composto por 76 cativos⁹².

Analisando o inventário de Manuel Jorge Coelho observamos mais de perto as possibilidades de interações pautadas na negociação e reciprocidade dele com seus escravos que, muito provavelmente, permitiram sua utilização como braço armado sem preocupações, ao menos graves, de retaliações. Além disso, permitiram também sua caracterização como um senhor legítimo, isto é, como alguém cuja autoridade não se baseava unicamente no uso da força contra o escravo, mas como alguém que tinha sua autoridade e superioridade reconhecida através de mecanismos advindos do estabelecimento de relações pessoais com os mesmos.

Do total de seus 79 escravos, 56 eram homens e 23 eram mulheres. Entre os homens 42 eram africanos e entre as mulheres, 10. Assim, a proporção homem/mulher ficava na razão de 2,43 para 1. Das mulheres arroladas no plantel, 13 eram casadas, sendo todas as uniões sancionadas pela igreja. Neste plantel havia ao todo 13 arranjos familiares onde 39 cativos, ou seja 49,37%, se uniam por relações de parentesco⁹³.

Este retrato se difere bastante da constituição de seu plantel em 1725, período em que possuía 76 cativos, dos quais 57 eram homens africanos e 7 nascidos no Brasil. Entre as mulheres, que totalizavam 12, apenas uma era crioula. Havia assim 5,33 homens para cada mulher. Das mulheres mostradas na lista dos quintos reais cinco eram casadas e pelo menos 3 tinham relações informais, fato observado pelo batismo de seus filhos no período observado⁹⁴. Percebe-se assim que Manuel Jorge Coelho foi ampliando as possibilidades dos cativos constituírem famílias em seu plantel, o que provavelmente foi ajudado pela queda no desequilíbrio sexual, que possibilitaria maior estabilidade para a integração dos cativos. Tal constatação pode ser encarada como uma estratégia desse senhor para maximizar seus ganhos, ao utilizar dos recursos que possuía no intuito de propiciar maiores “facilidades” para o estabelecimento de famílias em seu plantel, a fim de tirar a maior vantagem possível nestas relações. Neste caso, ter a possibilidade de armar seus escravos e formar uma milícia particular para atuar com ele em suas diligências na busca de prestígio e distinção para exercer o seu mando.

Talvez possamos reforçar este argumento olhando mais de perto a formação destas famílias escravas relacionando o retrato encontrado no inventário em 1733 com o período de 1720, ano em que encontramos relatos da atuação de Manoel Jorge Coelho com exércitos privados de escravos⁹⁵. Dos 56 homens de seu plantel 41 estavam em idade produtiva (18 a 40 anos) no período de 1720. Dentre estes escravos homens em idade produtiva no ano de 1720, 12 aparecem como possuidores de uma família no período da morte de Manuel Jorge Coelho. A relevância do fato reside na constatação de que, pelo menos teoricamente, seriam estes escravos homens na referida faixa etária que poderiam ser “recrutados” para acompanharem seus senhores como braço armado. Vejamos um exemplo.

No dia 24 de junho de 1730 era celebrado na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, freguesia de Cachoeira do Campo, o matrimônio de Antonio e Joanna, escravos de Manuel Jorge Coelho⁹⁶. Antonio e Joanna eram naturais da África, ele classificado com a etnia Benguela e ela com a etnia Congo, e a idade estimada ao se casarem seria de 35 anos para o marido e 33 para a mulher. Antonio era oficial de caldeireiro, ou seja, trabalhava com recipientes de ferro que

⁹¹Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Jorge Coelho. Códice 15, auto 448, (1733).

⁹²Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Códice 166. Apud: BOTELHO, Tarcísio. “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII...” Op. cit., p. 215.

⁹³CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Jorge Coelho. Códice 15, auto 448, (1733).

⁹⁴Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Códice 166. Apud: BOTELHO, Tarcísio. “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII...” Op. cit., p. 215.

⁹⁵Ver: AHU/MG/cx.: 16; doc.: 3.

⁹⁶Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Casamentos F-26, p. 26.

aqueciam água ou produziam calor que eram parte integrante do conjunto de vasilhas de cobre pertencentes a engenhos de canas. Neste sentido certamente trabalhava no engenho de cana que Manuel Jorge Coelho possuía. A união desse casal cativo foi longa e estável, fato constatado pela idade e quantidade de filhos do casal. Ao serem arrolados os escravos no inventário de Manuel Jorge Coelho constava que a idade do filho mais velho de Antonio e Joanna era de 15 anos, o que denota que eles viviam juntos ilicitamente a muitos anos, união que depois acabou sendo selada com o sagrado matrimônio. Tiveram ainda um enlace profícuo em relação à prole visto que tiveram 5 filhos: Gervásio com 15 anos, Bernarda com 10 anos, Antônio com 7 anos, Faustino com 5 anos e Geraldo com 2 anos⁹⁷. Como se vê a família de Antonio e Joanna pode ser considerada uma bem sucedida família escrava devido sua estabilidade, duração longa da união e prole numerosa. Mesmo que a trajetória familiar destes 2 cativos encontrados no plantel de Manuel Jorge Coelho possa não ter sido a regra entre os escravos da região abarcada pela pesquisa, podemos dizer que a família escrava garantiu espaço para se efetivar nas condições duras da mineração.

Em 1720 Antonio estava com 25 anos e muito provavelmente acompanhou o dito potentado em suas diligências para ajudar no ataque ao quilombo do Caraça e na contenção do levante de Vila Rica⁹⁸. Como constatado pela idade de seu filho mais velho, ele vivia em união marital ilícita desde pelos menos seus 23 anos com uma escrava do plantel. Este talvez pode ter sido um forte mecanismo que Manuel Jorge Coelho possuía para negociar com este cativo, e este pode ter se utilizado desta oportunidade para manter sua ainda incipiente família unida, no que, como visto, foi muito bem sucedido.

Assim, se no período de 1725, devido ao relativo desequilíbrio sexual, poderíamos pensar em uma lógica de formação de famílias neste plantel comandada pelo senhor, na qual ele distribuiria suas mulheres como recompensa aos cativos, como afirma Tarcísio Botelho, posteriormente aos cativos de Manuel Jorge Coelho foram se abrindo maiores possibilidades de constituição de famílias estáveis, mesmo no universo duro da mineração, ocorrendo inclusive uma maior difusão do casamento oficial entre a escravaria⁹⁹. Desta forma, como destaca Engemann, pode-se argumentar que o tempo, bem como um nível populacional estável eram fundamentais para que as alianças pudessem se multiplicar¹⁰⁰.

Mais do que o aumento demográfico no plantel, os ganhos que estas famílias cativas podiam trazer para os senhores se encontram, como já indicado, na esfera da política. Tais fenômenos cumpriram assim uma função social específica: a aquisição da legitimidade por parte dos senhores como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando.

Outro exemplo que reforça o que acabamos de dizer surge quando analisamos o caso do capitão-mor Pedro Frazão de Brito. Natural de São Paulo firmou-se como um dos primeiros povoadores na Zona do Carmo, ganhando ali em 02 de outubro de 1704 uma sesmaria, tornando-se um dos maiores potentados paulistas da região¹⁰¹. Como conquistador e primeiro povoador das Minas, Pedro Frazão foi alçado à posição de mandatário da sociedade, compartilhando com a Coroa o poder da *Republica*, poder este que, estava ligado a ocupação de postos na Câmara e/ou em outros locais de comando, tais como o de capitão-mor¹⁰². De fato, além de capitão-mor, tornou-se o primeiro juiz ordinário da Câmara do Ribeirão do Carmo quando de sua elevação à vila, e posteriormente, eleito primeiro presidente da mesma¹⁰³. O registro do inventário de seus bens, datado de 1722, denota que além de homem de qualidade social destacada, fora também

⁹⁷Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Jorge Coelho. Códice 15, auto 448, (1733).

⁹⁸Ver: AHU/MG/cx.: 16; doc.: 3.

⁹⁹Idem.

¹⁰⁰ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX...” Op. cit., p. 183

¹⁰¹FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil...* Op. cit., p. 87-88.

¹⁰²FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005, p. 52.

¹⁰³FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil...* Op. cit., p. 87-88 e CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Pedro Frazão de Brito. Códice 132, auto 2658, (1722).

abastado¹⁰⁴. Além de minerador, atuara como comerciante de gado, “*transportando novilhos de Curitiba – por onde andou no final do século XVII – para as Minas*”¹⁰⁵, atividade que realizara em sociedade com Luis Pedroso de Barros¹⁰⁶. Tornou-se homem muito rico e grande senhor de escravos, possuindo um plantel composto por 55 cabeças¹⁰⁷. Dos 55 escravos listados em seu inventário, havia 36 homens, dos quais 21 eram africanos e 19 mulheres, das quais 5 eram africanas, ou seja, havia uma proporção de 1,89 homens para cada mulher. Dos cativos existentes neste plantel, 27, ou seja 49,09%, estavam unidos por relações de parentesco. Ao analisarmos a formação das famílias escravas deste plantel observamos que havia ao todo 8 arranjos familiares organizados das mais variadas formas: pai, mãe e filhos, mãe e filhos, marido e mulher¹⁰⁸. Alguns casais arrolados tinham mais de três filhos, o que denota estabilidade nas uniões parentais¹⁰⁹ e, portanto, a qualidade das relações interpessoais que se podia estabelecer entre um senhor e seus cativos.

Pode-se dizer que a presença de famílias de cativos neste plantel poderia fazer parte de uma estratégia de Pedro Frazão de Brito para que este conseguisse certa legitimidade perante sua escravaria, na medida em que tais fenômenos, por fazerem parte dos anseios dos cativos, poderiam ser utilizados para validar posições sociais¹¹⁰.

Assim, possibilidades de interação onde ambas as partes saíam ganhando (os escravos, suas famílias e os senhores, alguns “soldados”), se constituía num momento essencial para a construção da legitimidade do potentado; um mecanismo que viabilizava sua autoridade. Como dito anteriormente, para que estes poderosos locais exercessem sua autoridade, eles necessitavam do “consentimento” da sociedade e neste momento, as negociações e reciprocidades com estratos subalternos – além daquelas com a elite – assumiam papel fundamental¹¹¹. Muito provavelmente era através de mecanismos como o citado acima que Pedro Frazão de Brito conseguia estabelecer relações de dependências recíprocas com seus cativos, ou seja, estabelecia as condições necessárias para utilizar os mesmos como milícia em suas diligências para busca e manutenção de sua autoridade.

Consideramos portanto que senhores e escravos deveriam sair ganhando nas relações sociais mantidas em momentos de interação, ou seja, ambas as partes maximizam ganhos, pois se leva em conta que as expectativas dos atores que estão interagindo são diferentes. Deste modo, as estratégias e recursos usados pelos variados segmentos da sociedade no sentido de maximizar ganhos devem ser entendidas a partir de suas visões de mundo, de uma cultura que é própria a cada um destes setores e do desempenho de certos papéis sociais. Ao estarem posicionados para “o jogo social”, os atores têm diferentes intenções ao agirem, o que não anula o fato de que ambos podem tirar proveito de uma determinada situação¹¹².

Percebe-se que Pedro Frazão de Brito optou por enfatizar as relações parentais de seus cativos nos limites de sua propriedade. O resultado disto era a sobreposição de vínculos familiares entre os cativos de um mesmo dono, criando uma espécie de comunidade¹¹³. Conforme destaca Carlo Engemann, embora a mera junção dos cativos não os transformasse numa comunidade, a vida comunal se construía, isto é, produzia e reproduzia, na medida em que certos saberes e fazeres eram

¹⁰⁴CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Pedro Frazão de Brito. Códice 132, auto 2658, (1722).

¹⁰⁵CSM, 2º ofício – Testamento de Pedro Frazão de Brito. Anexo ao inventário, (1722).

¹⁰⁶Luis Pedroso de Barros fora um grande sertanista que atuar nas Minas no início do século XVIII. Retornou após a guerra dos emboabas, em 1709, para sua vila de origem, Parnaíba, onde tinha residência. Aparentemente comercializou gado até 1726 quando temos informações de que seu sobrinho trouxe de Mato Grosso um comboio pelo caminho (que ligava São Paulo a barranca do rio Paraná no Mato Grosso) aberto por Luiz Pedroso. In: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil...* Op. cit., p. 65.

¹⁰⁷CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Pedro Frazão de Brito. Códice 132, auto 2658, (1722).

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹Neste mesmo sentido ver: FRAGOSO, João. *À Espera das frotas...* Op. cit., p. 106.

¹¹⁰Ver: FRAGOSO, João. *À Espera das frotas...* Op. cit., cap. 2.

¹¹¹FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial...” Op. cit., p. 58-60.

¹¹²BARTH, Fredrik. “Models of social organization II: Processes of integration in culture”. In: *Process and form in social life...* Op. cit., p. 50-52.

¹¹³FRAGOSO, João. *À Espera das frotas...* Op. cit., p. 130.

compartilhados, aceitos e respeitados pelo conjunto de seus coabitantes, gerando um certo *habitus*¹¹⁴. É precisamente a consolidação de certos costumes, criados em função da formação de uma estrutura social orgânica, que se tornava geradora de padrões materiais específicos. Assim buscar os padrões objetivos de vida é avaliar a eficácia de padrões subjetivos de articulação¹¹⁵.

Consideramos então que para os escravos aparentar-se significava a obtenção de aliados, de modo que o parente está oposto ao estrangeiro¹¹⁶. Assim o parentesco promovia a multiplicação das alianças sociais e políticas. Ao conviverem no mesmo espaço, ficavam juntos, em alguns casos, por gerações¹¹⁷, e neste sentido eram forçados a buscarem estabelecer regras de convivência que minimizassem o conflito, auxiliassem em sua sobrevivência e criassem espaços de sociabilidade.

Entendendo família não apenas como aquela formada por pai, mãe e filhos, mas também pela união de mãe e filhos, viúva e filhos, marido e mulher, pode-se dizer que esta instituição se fez presente de forma acentuada entre os cativos da região analisada e desde os momentos iniciais de sua ocupação¹¹⁸. É o que podemos constatar analisando o caso de um outro potentado da região das Minas, o já mencionado coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Paulista e grande sertanista, fizera várias bandeiras pela capitania desde final do século XVII. Em 1700 descobriu as minas do Bom Sucesso na região de Ouro Preto, tornando-se um dos primeiros povoadores da região. Contudo, sua fixação definitiva na capitania ocorreu apenas em 1711, pois antes disso transitava entre São Paulo, Rio de Janeiro e Mina Gerais, apesar de morar no Morro Grande (posteriormente São Caetano) desde 1703¹¹⁹.

No relato de uma carta de sesmaria que lhe foi passada em 26 de março de 1711, consta que mandara seus filhos e vários escravos fazer descobrimento de lavras de ouro na região¹²⁰. Para realização de todas as suas diligências como sertanista contara com a ajuda de escravos armados, o que implicava em refinadas negociações e reciprocidades com tais grupos. No inventário de seus bens, aberto em 1725 na freguesia de São Caetano na Vila do Carmo, encontramos arrolado um plantel de 61 cativos. Neste o desequilíbrio sexual era alto, visto que 72,13% eram homens e apenas 27,87% eram mulheres. Não obstante, encontramos 18 cativos, ou seja, uma porcentagem de 29,61%, unidos por relações de parentesco. Também neste plantel os arranjos familiares eram organizados de diferentes formas, sobressaindo as relações sancionadas pela igreja. Ao todo existiam no plantel 6 casais unidos legalmente e com relativa estabilidade marital¹²¹. Isto sugere que as organizações parentais (sancionadas ou não) não eram estranhas ao cotidiano cativo.

Vale lembrar que tal geografia parental é também política. Como já mencionado nela estariam presentes as práticas de legitimidade e de mando de indivíduos como Manuel Jorge Coelho, Pedro Frazão de Brito e Salvador Fernandes Furtado, assim como os interesses pretendidos pelos escravos¹²². Em outros termos, para o senhor tal fenômeno era forma de amenizar os medos e

¹¹⁴*Habitus* seria a maneira através da qual se faria a ligação entre a individualidade e a sociedade, descrevendo a forma como são individualmente incorporadas as modalidades de percepção e de ação coletivamente desenvolvidas no sistema de interações. Esse conceito, serve então, para evidenciar a dependência do indivíduo em relação aos comportamentos, ao mesmo tempo apreendidos e próprios do grupo que pertence, que não estão relacionados somente com a livre escolha; mostrando-nos então que as emoções e as disposições vividas no nível individual são devidas também a processos coletivos de incorporação, amplamente inconscientes. O *habitus* seria assim concretização das relações efetivamente praticadas entre níveis muito heterogêneos da experiência, desde a competência geral para a interação inscrita no espaço possível da vida social, até a performance produzida pelos indivíduos em situações específicas. Ver: ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos...* Op. cit., p. 150-3.

¹¹⁵ENGEMANN, Carlos. "Vida cativa: condições materiais de vida nos grandes plantéis dos Sudeste brasileiro do século XIX". In: FRAGOSO, João [et al.], (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 424.

¹¹⁶ENGEMANN, Carlos. "Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX..." Op. cit., p. 181.

¹¹⁷Idem, p. 182.

¹¹⁸BOTELHO, Tarcísio. "Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII..." Op. cit., p. 212.

¹¹⁹FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil...* Op. cit., p. 242.

¹²⁰Idem.

¹²¹CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Códice 138, auto 2800, (1725).

¹²²FRAGOSO, João. *À Espera das frotas...* Op. cit., p. 117.

tensões do cativo, conseguir legitimidade e uma certa “segurança” perante seus cativos, para que pudessem se dispor dos mesmos na formação de “exércitos privados” para suas diligências enquanto poderosos locais. Tal fenômeno era portanto canal vital de reciprocidade para que conseguissem o apoio necessário (traduzido em braços armados) na sua constante movimentação para “mandar”, ascender socialmente e aí se manter. Do ponto de vista do escravo, dentre outras coisas, a possibilidade de constituir uma família era significativa e vista como um enorme ganho, pois através disso podiam conseguir uma ascensão social intracativo, estabelecer alianças e conexões de amizade¹²³. Mesmo em um universo onde se relata a dureza do trabalho nas minas e elevado nível de exploração, os escravos conseguiram ou procuraram “acomodar-se” a sua nova realidade com intuito de tornar menos penosa suas condições de vida.

V

Em sociedades marcadas por valores e práticas de Antigo Regime, onde as instâncias políticas, econômicas, sociais e culturais estavam intimamente interligadas¹²⁴ os grupos se percebiam como desiguais a partir dos papéis sociais desempenhados. Desta forma, na sociedade colonial, imbuída de tais valores e práticas, as interações, a reciprocidade e a submissão foram se delineando a partir de ações praticadas por atores com interesses e necessidades divergentes, dados pela ocupação de posições sociais distintas. Em outras palavras, nesta sociedade as interações ente os diferentes grupos eram feitas entre pessoas com valores, concepções, expectativas e conceitualizações diferentes sobre o que é “ganhar” algo, e era isso que fazia com que a sociedade funcionasse¹²⁵.

Conforme destacaram J. Fragoso e M. Florentino a reprodução do sistema se fazia pelos próprios os padrões de ascensão social e os meios de definição das hierarquias desta sociedade, ambos baseados na desigualdade¹²⁶.

O quadro esboçado ao longo do texto procurou indicar que havia várias formas de se burlar o sistema, e que a fuga talvez fosse uma das últimas alternativas buscadas. A existência de “exércitos privados”, composto por escravos armados, aos quais seus senhores recorriam para reprodução do grupo denota a negociação inerente a tais relações.

Na verdade pode-se argumentar que se o senhor/potentado tinha poder sobre o escravo, este também exercia algum tipo de poder sobre o seu senhor, sobretudo devido à função que desempenhava para o mesmo, fazendo surgir uma espécie de dependência do senhor para com seus cativos. Assim, como bem destacou Norbert Elias, sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder entre os atores, seu equilíbrio está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas¹²⁷. Desta maneira, a idéia de negociação e reciprocidades entre senhores e escravos não era apenas uma figura de retórica¹²⁸, na medida em que havia, como demonstramos, ganhos para ambos os lados. Exemplos como os citados indicam, em certo sentido, que ambos os atores em foco lançavam mão de estratégias que lhes propiciassem maior margem de manobra na sociedade colonial

Para os senhores, as negociações e ligações de reciprocidade com seus escravos abriam possibilidades para o alargamento do seu cabedal político, econômico e simbólico, através da realização de ações valorosas em nome do Rei à custa de sua vida, fazendas e negros armados¹²⁹.

¹²³ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX...” Op. cit., p. 203.

¹²⁴Cf.: POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000, caps 4 e 5.

¹²⁵LEVI, Giovanni. LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. *Tiempos modernos*. (www.tiemposmodernos.org), p. 103-126.

¹²⁶FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia* (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, ver cap. 1.

¹²⁷ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 80-81.

¹²⁸FRAGOSO João. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa...* Op. cit., p. 18.

¹²⁹Idem, passim.

Para os escravos tais práticas foram uma grande aliada na melhora de sua sobrevivência, na medida em que possibilitavam inúmeros ganhos, tais como a constituição de família, elemento que proporcionava o estabelecimento de alianças parentais, de amizade e uma vida comunitária. Se a muito a historiografia vem pensado a formação de famílias pelos cativos como estratégia de sobrevivência dos mesmos, já não basta “mostrar” que eles formavam famílias, antes importa perceber a relação de tal fenômeno com os significados e mudanças a eles atrelados conforme o contexto analisado¹³⁰.

Assim, com as reflexões aqui lançadas, mesmo que preliminares, se tentou mostrar que era essencial para as elites estabelecer negociações e reciprocidades com os chamados grupos subalternos, no caso os escravos, pois isso era fundamental para a viabilização da sua autoridade; seja porque o exercício de seu mando não era algo isolado da sociedade em que se inseriam, e portanto, era algo que necessitava do consentimento dos demais grupos; seja porque oferecendo seus negros e fazendas a *Del Rey*, tais poderosos alargavam seus leques de mercês e privilégios, maximizando prerrogativas de mando e, desta forma, reafirmavam sua “qualidade” social. Por outro lado este mesmo processo propiciava um auxílio na manutenção da sobrevivência dos cativos, isto é, uma forma de maximizar ganhos em sua condição de vida.

Obviamente que a presença de negociações e reciprocidades entre tais grupos não eliminava totalmente as tensões sociais, porém não se pode desconsiderar que tanto as elites quanto os subalternos tinham estratégias de vida. Portanto, as estratégias não eram apenas fruto da artimanha senhorial, mas também resultado das práticas culturais, familiares, visões de mundo e maneiras de solidariedades dos escravos que também objetivavam ganhar algo, ou no mínimo, sobreviver melhor¹³¹.

Ressalte-se que não estamos querendo perder de vista o *status* servil dos homens e mulheres escravizados e afirmar que os escravos eram agentes históricos totalmente independentes, capazes de construir o próprio destino. Tão pouco queremos tornar lugar comum a idéia de que na América Latina a escravidão foi benigna, com senhores tratando seus cativos de forma mais humana e moderada. Contudo, não se pode desconsiderar que os senhores às vezes também se deparavam com limitações impostas pelos atos e posturas dos cativos¹³².

Com efeito, e conforme destacou Manolo Florentino, na sua condição de coisa o escravo tinha à mão alguns elementos que lhe permitiam ser dono de si próprio (com limites, obviamente), isto é, alcançar pequenas conquistas *na* escravidão (para além da fuga), que lhe possibilitava uma melhor adaptação ao cativeiro enquanto não mudava de condição jurídica¹³³.

Referências bibliográficas

Documentação manuscrita

- Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom.

¹³⁰LARA, Sílvia Hunold. “Conectando historiografias: escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português...* Op. cit., p. 27.

¹³¹FRAGOSO, João. Afogando em nomes... Op. cit., p. 47.

¹³²Para discussões acerca da benevolência da escravidão na América Latina ver: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹³³FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativeiro e liberdade...* Op. cit., p. 338-339.

- Inventários *post-mortem* e Testamentos do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana e do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/ Casa do Pilar de Ouro Preto.
- Livros de casamentos de escravos de Mariana e seu termo e de Ouro Preto e seu termo. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, período de 1711-1750.
- Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1725. Arquivo da Câmara de Mariana, códice 150.

Obras de referência

- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989.
- SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- RAPOSO, Luciano & CAMPOS, Maria Verônica. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol. I e II, 1999.

Bibliografia

- AMITAI, Reuven. "The Manluk institution, or one thousand years of military slavery in the Islamic world". In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.
- ANASTASIA, Carla M. Junho. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. Vol. 1.
- BICALHO, Maria Fernanda *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. "Pacto colonial, autoridades negociadas e o Império Ultramarino Português". In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- BLUMENTHAL, Debra G. *Implements of labor, instruments of honor: Muslim, eastern and black African slaves in fifteenth-century Valencia*. Ph.D. University of Toronto, 2000.
- BOTELHO, Tarcísio. "Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII". In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CAMPOS, Maria verônica. *Governo de Mineiros. De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. Tese de Doutorado.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado.
- CHARTIER, Roger. "Formação Social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador". In: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DAVIS, David B. "Introduction". In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

- ENGEMANN, Carlos. “Vida cativa: condições materiais de vida nos grandes plantéis dos Sudeste brasileiro do século XIX”. In: FRAGOSO, João [et al.], (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes,; Lisboa: IICT, 2006.
- ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Roberto Guedes. “Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FILHO, Afonso de Alencastro Graça, PINTO, Fábio Carlos Vieira & MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia Historia*. Revista de História do Departamento da UFMG. Belo Horizonte, vol. 23, n°. 37, pp.184-207, Jan/Jun 2007.
- FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas; famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 5, pp. 41-70, 2002.
- _____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 15, pp. 11-35, 2003.
- _____. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- _____. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro (1790-1822). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 18, n°. 36, 1998.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

- HUNT, Peter. "Arming slaves and Helots in Classical Greece". In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.
- ISAACMAN, Allen & PETERSON, Derek. "Making the Chikunda: military slavery and ethnicity in southern Africa, 1750-1900". In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KRAAY, Hendrik. "Arming slaves in Brazil from the seventeenth century to the nineteenth century". In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.
- LANDERS, Jane. "Transforming bondsmen into vassals: arming slaves in colonial Spanish America". In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.
- LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. "Conectando historiografias: escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa". In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. *Tiempos modernos*. (www.tiemposmodernos.org).
- LIMA Jr. Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto*. Síntese histórica e descritiva. Belo Horizonte: Edição do autor, 1957.
- LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*, nº. 18, Jun. 2002.
- LIMA, Carlos C. *Pequenos Patriarcas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese de Doutorado.
- MALHEIRO, A. Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social. (1866-1867)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976
- MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PAIVA, Eduardo França. "De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII". In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- PINHEIRO, Cláudio C. No Governo dos Mundos: escravidão contextos coloniais e administração de populações. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº. 3, 2002.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

- RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe M. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988,
- SCOTT, Rebeca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre – 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1981.